

Estudo Técnico Preliminar 84/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23089.031988/2024-15

2. Descrição da necessidade

Contratação da Fundação de Apoio da Universidade Federal de São Paulo (FapUnifesp) para prestação de serviços de gerenciamento administrativo e financeiro do PAPS “Análise hormonal, enzimática, peptídica e quantificação de imunossuppressores utilizando metodologia de última geração em amostras biológicas de diferentes origens”, constantes no processo SEI nº 23089.031988/2024-15.

2. Descrição da necessidade

A contratação de empresa ou instituição para execução do projeto faz-se necessária para o apoio na gestão administrativa e financeira, viabilizando-se, por consequência, a agilidade e presteza no atendimento das necessidades de execução do projeto, em especial por conta da impossibilidade de se acomodar a viabilização da execução do projeto na estrutura permanente da Universidade.

O PAPS “Análise hormonal, enzimática, peptídica e quantificação de imunossuppressores utilizando metodologia de última geração em amostras biológicas de diferentes origens”, coordenado pela Disciplina de Nefrologia - Departamento de Medicina da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, tem em seu Projeto Acadêmico de Prestação de Serviços (SEI 2629799) um escopo de atividades a serem realizadas em que nem o departamento e nem a UNIFESP detém condições de operacionalizar todas as ações de gestão financeira e administrativas.

A utilização de uma fundação com a experiência necessária permite que o pesquisador, o professor e o cientista foquem nas suas atribuições do projeto, enquanto a fundação realiza ações administrativas e financeiras inerentes ao mesmo, como compras, importações, contratação de pessoal, contabilidade e prestação de contas, disponibilizando ainda software próprio, via Internet, que permite acessar a qualquer momento, de qualquer lugar, os dados relativos ao projeto proporcionando maior agilidade à execução.

Cita-se, por exemplo, que trata-se de finalidade precípua de algumas fundações de apoio aos projetos a serem desenvolvidos pela Universidade Federal de São Paulo, desde que autorizada junto ao MEC/MCT para atuar como fundação de apoio junto à Universidade.

De acordo com o Art. 1º da Lei 8.958 de 20/12/94: “As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, sobre as quais dispõe a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XV do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”.

A previsão para contratação de Fundação ou empresa pública está prevista no Inciso XV do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, desde que:

- a) encontra-se constituída nos termos da legislação brasileira;
- b) é autorizada conforme Portaria Conjunta nº 42 de 24 de julho de 2017 a atuar como Fundação;
- c) possui inquestionável reputação ético-profissional, não sendo de conhecimento desta Instituição, até presente data, fato que a desabone
- d) não possui fins lucrativos;

Diante do exposto justifica-se a necessidade da contratação da Fundação de Apoio para o gerenciamento administrativo e financeiro do projeto citado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Campus São Paulo/Escola Paulista de Medicina/Departamento de Medicina - Disciplina de Nefrologia	Profa Dra. Dulce Elena Casarini

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Especificar quais são os requisitos indispensáveis de que o objeto a adquirir/contratar deve dispor para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa. Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificações técnicas do objeto ou como obrigação da contratada. (inciso II, art. 7º, IN 40/2020 e Art. 18, § 1º, Inc. III da Lei nº 14.133/2021).

Para a contratação do presente objeto os requisitos estão melhor descritos no Termo de Referência e seus Anexos.

a) O serviço se enquadra nas características de serviço continuado?

As informações relativas ao "serviço continuado" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

b) Qual a duração inicial do contrato?

O contrato terá vigência de 62 (sessenta e dois) meses contados da data de sua assinatura, conforme período de execução do Projeto Acadêmico de Prestação de Serviços (SEI 2629799)

5. Levantamento de Mercado

5. Levantamento de Mercado

As informações relativas ao "levantamento de mercado" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

a) Foi avaliado se existe relativa oferta de prestadores do serviço pretendido no mercado?

As informações relativas a "oferta de prestadores de serviços" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

b) Foram avaliados os requisitos que limitam a participação, mantendo apenas os que são realmente indispensáveis?

As informações relativas aos "requisitos que limitam a participação de prestadores de serviço" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

c) Existem restrições legais à oferta dos serviços no mercado?

As informações relativas as "restrições legais à oferta" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da solução como um todo

Neste item, precisa descrever a solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução. (Inciso IV, Art. 7º, IN nº 40/2020; Art. 18, Inciso VII da Lei nº 14.133/2021).

a.1. Há critério de sustentabilidade para ser incluído, nos termos da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010?

Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional Unifesp - PDI 2021 - 2025, às licitações no âmbito da Unifesp deverão adotar um número maior e mais incisivo de atributos e critérios de sustentabilidade, de forma a atender aos parâmetros de sustentabilidade adotados pelos órgãos do Governo Federal, conforme é possível vislumbrar na figura abaixo:



Atributos e critérios de sustentabilidade a serem observados na UNIFESP

Atributos de Sustentabilidade	Crítérios de Sustentabilidade
Ambientais	- Usar o pensamento do ciclo de vida (e a avaliação de ciclo de vida, quando houver tecnologia e recursos disponíveis) para verificar impactos ambientais de produtos e embalagens; - Considerar a toxicidade de materiais e produtos, preferência por matéria-prima renovável, eficiência energética e do uso de água, redução de desperdícios e de emissões de gases; - Reduzir o consumo de embalagens; - Incentivar a concepção de produtos recicláveis ou reutilizáveis.
Diversidade	- Comprar de empresas pertencentes a mulheres e a minorias, como quilombolas e indígenas.
Segurança	- Garantir o transporte seguro de insumos e produtos; - Garantir que as instalações dos fornecedores sejam operadas com segurança.
Direitos Humanos	- Visitar instalações dos fornecedores para garantir que a força de trabalho não esteja em condições análogas às de trabalho escravo; - Assegurar que os fornecedores cumpram com as leis trabalhistas, inclusive em relação ao combate ao trabalho infantil.
Compras de pequenas empresas locais	- Comprar de micro e pequenas empresas; - Comprar de fornecedores locais.
Filantropia	- Doar para organizações filantrópicas; - Realizar trabalho voluntário em instituições de caridade locais.

Fonte: Adaptado de Brammer e Walker (2011); Betiol et al. (2012) apud BRASIL (PLS-MMA, 2013, P. 13).

Conforme disposto no Art. 1º da presente Instrução Normativa: "[...] as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas".

Assim, conforme Artigo 6º do Normativo, para a execução dos serviços e cumprimento do objeto contratado a empresa deverá observar a Legislação, devendo estar incluso em instrumento convocatório e Termo de Referência:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VI – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Além do que já foi observado, as informações relativas a "descrição da solução como um todo" foram melhor abordadas no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

b.1. Há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento?

Não se aplica à presente contratação.

c.1. Qual o normativo e legislação específicos a serem observados na contratação e na execução do contrato?

A relação de Normas e Legislação específicas para o objeto da contratação, incluindo as recomendações durante o período de pandemia constam mais detalhadamente no Documento de formalização de demanda (DOD) e Termo de Referência, podendo ser citado no presente documento:

Fase de planejamento, licitações e contrato específico acerca do objeto.

- Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006;
- Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1.994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.
- Lei nº 13.772, de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências;
- Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013. Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10

de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências;

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1.986. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;
- Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010. Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004;
- Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio;
- Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2.012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);
- Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2.017. Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- Instrução Normativa nº 05, de 05 de maio de 2.017. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2.020. Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- Instrução Normativa nº 49, de 30 de junho de 2.020. Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2.020. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2.021. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução nº 180, de 04 de dezembro de 2019. Estabelece diretrizes e procedimentos acadêmico-administrativos para a realização de eventos institucionais e cursos de extensão Unifesp.
- Resolução nº 175, de 27 de setembro de 2019. Dispõe sobre normas, critérios e procedimentos para a participação de docentes submetidos ao Regime de Trabalho de 40 horas semanais com Dedicção Exclusiva em atividades remuneradas.

Observação: conforme consulta ao normativo interno, observamos que a Resolução nº 131, de 14 de dezembro de 2016. Dispõe sobre os cursos Lato Sensu na Unifesp, foi revogada, assim a retiramos da relação de normas.

No presente documento foram observadas a legislação técnica acerca do objeto, contudo considerando o amplo arcabouço legal, caberá à CONTRATADA atentar-se às legislações que porventura não foram citadas no presente documento, bem como suas atualizações.

a.1. Análise histórica de contratações anteriores (Identificar as inconsistências ocorridas nas licitações anteriores, com a finalidade de prevenir a ocorrência dessas nos ulteriores Termos de Referência ou Projetos Básicos).

As informações relativas ao "histórico das contratações" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

b.1. Os problemas apresentados na licitação e na execução das contratações anteriores foram corrigidos na presente solicitação?

As informações constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas

a. Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas:

Contratação de serviços de gerenciamento administrativo e financeiro para administrar o projeto em referência, tendo seus valores detalhados no Projeto Acadêmico de Prestação de Serviços , SEI nº 2629799.

a.1. Utilizar informações das contratações anteriores, se houver:

Não se aplica ao presente objeto.

a.2. Incluir as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte:

Informações disponíveis no Projeto Acadêmico de Prestação de Serviços , SEI nº 2629799 .

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.935.500,00

8. Estimativa do Valor da Contratação – 4.935.500,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais)

Com base na legislação vigente, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a contratação do presente objeto será realizada mediante a utilização dos parâmetros dos subitens abaixo, contudo as informações relativas a este item foram levantadas pela Divisão de Compras conforme Estudos Preliminares (SEI nº 2421516).

a) Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldepregos.planejamento.gov.br>: (anexar ao processo as tentativas)

As informações relativas ao "painel de preços" constam no documento Estudos Preliminares (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

b) Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços:

As informações relativas ao "contratações similares" constam no documento Estudos Preliminares (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

c) Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso:

As informações relativas ao "mídia especializada" constam no documento Estudos Preliminares (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

d) Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciam em mais de 180 (cento e oitenta) dias: (anexar ao processo as tentativas de orçamentos)

As informações relativas ao "pesquisa com fornecedores" constam no documento Estudos Preliminares (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

I - Elaborar Planilha Estimativa de Preços, informando a metodologia de cálculo utilizada:

As informações relativas ao "planilha estimativa de preços" constam no documento Estudos Preliminares (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

II - Informar se existe normativo específico regulando limites mínimos e máximos do objeto da contratação (Ex: Portaria de valores limites para limpeza e vigilância, SINAPI etc):

As informações relativas ao "normativo específico" constam no documento Estudos Preliminares (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As informações relativas ao "parcelamento" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As informações relativas a "contratações correlatas" constam no documento "Estudos Preliminares" (SEI nº 2421516) emitido pela Divisão de Compras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

.

Neste ponto é imprescindível demonstrar o alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão. (inciso IX, Art. 7º, IN nº 40/2020; Inciso IX, Art. 9º, IN nº 58/2022; Inciso II, § 1º Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

a) Informar se existem outros instrumentos de planejamento utilizados à presente contratação, tais como Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), Plano Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Trabalho aprovado por órgão colegiado (em caso de contratação de Fundação de Apoio), etc.

Consta apensado no processo o Despacho de Aprovação da Câmara de Extensão e Cultura (SEI nº 2408472) e Despacho de Aprovação do Conselho de Extensão e Cultura (SEI 2408454).

b) Caso positivo, apensar os respectivos instrumentos ou informar as medidas que foram adotadas:

Nos termos da Instrução Normativa SEGES n. 01 de 2019, as contratações devem estar previstas no Plano Anual de Contratações. Assim, quando da abertura do processo de contratação, a Divisão de Compras do Campus irá juntar aos autos o relatório emitido pelo sistema PAC Plano Anual de Contratações.

Caso o item esteja incompatível com o que consta no citado PAC, será efetuada a respectiva adequação pela Divisão de Compras e encaminhada para aprovação da autoridade competente.

Consta apensado no processo o Despacho de Aprovação da Câmara de Extensão e Cultura (SEI nº 2408472) e Despacho de Aprovação do Conselho de Extensão e Cultura (SEI 2408454) e Ata de Reunião para Apreciação Comitê PAPS (SEI nº 2408465).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Resultados Pretendidos

Gestão competente e responsável de recursos, para o gerenciamento administrativo e financeiro do PAPS “Análise hormonal, enzimática, peptídica e quantificação de imunossuppressores utilizando metodologia de última geração em amostras biológicas de diferentes origens”.

13. Providências a serem Adotadas

13. Providências a serem Adotadas

Informar, se houver, todas as providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

a) Informar se a presente contratação irá demandar outros serviços, obras ou aquisição de equipamentos /materiais para adequação do ambiente, tais como adequação de infraestrutura, rede de tecnologia da informação etc:

Não existem adequações a serem executadas para a contratação.

b) Caso positivo, quais medidas foram tomadas para a adequação do ambiente?

Não se aplica a presente contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados impactos ambientais de relevância na execução dos serviços da presente contratação, cabendo destacar que foi estabelecido em item anterior a previsão de critérios de sustentabilidade, nos termos da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Com base nas informações obtidas nos Estudos Preliminares, a Equipe de Planejamento se manifesta quanto à viabilidade do prosseguimento da contratação, observando-se os requisitos de disponibilidade orçamentária, que fogem às competências desta Equipe de Planejamento.

Desta forma, encaminhe-se para análise e deliberação da Diretoria do Departamento de Administração e Diretoria do Campus São Paulo, para avaliação da disponibilidade de recursos orçamentários, bem como aspectos de pertinência e adequação da contratação, iniciando-se os procedimentos licitatórios conforme legislação vigente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Chefe da Divisão de Compras

VANIA SIMOES LOPES FIORAVANTI

Pregoeiro

Despacho: Divisão de Compras

REINILDO BISPO DOS SANTOS

Equipe de apoio